

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

LUÍS DE CAMOES

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM ECONOMIA.

ECONOMIA PORTUGUESA E MUNDIAL

O EURO E AS CONSEQUÊNCIAS NA ECONOMIA PORTUGUESA E MUNDIAL

DOCENTE: ANTÓNIO DUARTE SANTOS

DISCENTE: EDMILSON TRINDADE 30004925

Lisboa, janeiro de 2022

Conteúdo

1.0 Resumo.....	3
2.0 Introdução.....	4
3.0 O Euro – Fundo histórico.....	5
3.1 A União Económica e Monetária.....	5
3.2 O Euro.....	6
4.0 A situação económica depois da introdução do Euro.....	7
4.1 A Inflação.....	7
4.2 O juro de longo prazo.....	8
4.3 O défice publico.....	8
4.4 A dívida publica.....	8
4.5 O produto interno bruto (PIB).....	8
4.6 Síntese.....	9
5.0 Conclusão.....	9
Bibliografia.....	10

Resumo

Este trabalho explica os antecedentes históricos da adesão de Portugal à União Europeia e a introdução do euro em Portugal e um estudo comparativo das cotizações da Inflação, juros de longo prazo, défice público, dívida pública e produto interno bruto, registado em Portugal antes e depois da introdução do euro em 1 de janeiro 1999. Estes dados foram comparados com os dados correspondentes dos países denominados Euro 12, para ver se a introdução do euro é boa para a economia portuguesa - aqui está a hipótese neste estudo. A hipótese é validada em taxas de juros de longo prazo e crescimento do PIB, mas foi rejeitado em termos da evolução da inflação, do défice publico e da dívida pública.

A introdução do Euro em Portugal levou consigo umas vantagens de peso no domínio económico e político, que se devem considerar quando se fala de se a introdução do Euro foi vantajosa para a economia portuguesa.

Introdução

Em maio de 1998, o Conselho Europeu designou 11 países que passariam a moeda única – o Euro. Em 31 de dezembro, a taxa de câmbio entre o euro e o escudo foi fixada em 200.482. Em 1 de janeiro de 1999, começa uma nova etapa da integração europeia, a etapa de uma moeda única ou União Monetária Europeia (Também conhecida como a terceira fase da União Económica e Monetária). No dia 1 de janeiro de 2002, as notas e moedas de euro entraram em circulação em Portugal.

Alcançar a união monetária é uma decisão política de grande importância para o futuro da Europa. Dotar a UE de uma moeda única é uma determinação dos líderes dos estados-membros de aprofundar a integração económica, apoio financeiro e promoção da integração política. Com o estabelecimento de uma zona monetária única, a Europa colherá os benefícios bem conhecidos de remover a incerteza da taxa de câmbio e custo de transação e maior integração e fortalecimento de mercados em várias moedas, a credibilidade da política monetária. Trabalhando em um projeto de moeda única uma oportunidade para a economia europeia se tornar mais competitiva face aos EUA e Japão, a UE ganha mais poder político para agir no palco internacional.

Para Portugal, um dos países mais pobres da Europa, o projeto do Euro podia significar uma possibilidade de estabilidade económica e prosperidade para o futuro. Se Portugal tivesse ficado fora da União Monetária Europeia, talvez as flutuações na economia pudessem ter sido grandes, o que teria criado incerteza e instabilidade na economia portuguesa. Um dos objetivos mais importantes do Euro era assegurar estabilidade económica nas economias europeias.

3.0 O Euro – Fundo histórico

3.1 A União Económica e Monetária

União Económica e Monetária começa a formar-se como objetivo formal na cimeira Haia em 1969. O resultado desta reunião foi o chamado relatório Werner em junho de 1970, foi estabelecida uma estratégia para a realização da União Monetária Europeia em dez anos. A União Monetária pretende concretizar uma das maiores ambições da construção europeia: Uma moeda única, um banco central único e uma política monetária apenas para a Europa. Pode-se dizer que o Relatório Werner é o antecessor da união monetária. De acordo com este relatório, para o bom funcionamento da união monetária, é necessário contar com uma livre circulação de capitais na Comunidade e taxas de câmbio Fixas permanentemente entre as moedas dos seis países membros. Isso permitiria esses estados terem uma moeda única para substituir as suas diferentes moedas nacionais.

No entanto, ao longo de um período de tempo, o sistema monetário passou por profundas mudanças a nível internacional, razão pela qual os seis estados-membros tiveram que deixar objetivo mais ambiciosa do relatório Werner. mudanças no sistema monetário internacional, causado pelo abandono do sistema de Bretton Woods, para contribuições cambiais flutuantes, afetando a estabilidade da taxa de câmbio europeia, em resposta a esta situação, a Comunidade Europeia criou a chamada Eurocurrency Snake ou serpente monetária europeia em abril de 1972. Isto Inclui acordos para moedas europeias flutuarem entre si, e com relação a volatilidade do USD que foi de +2,25%. A Suécia, Reino Unido e Dinamarca decidiram não incluir a sua moeda no mecanismo de taxas de câmbio Serpente da moeda europeia.

Não obstante, a crise petrolífera de 1973, a debilidade do dólar e as divergências existentes nas políticas económicas executadas pelos diferentes governos da Comunidade Económica Europeia, tiveram o efeito que a Serpente Monetária Europeia se reduzisse na prática, a uma área de estabilidade para as moedas de Alemanha, Benelux e Dinamarca, a Serpente desapareceu em 1978.

3.1 O Euro

Os Critérios de Convergência

Eram quatro os Critérios de Convergência que cada Estado-Membro devia cumprir para a adoção da moeda única: estabilidade dos preços, convergência das taxas de juro de longo prazo, estabilidade cambial e disciplina das finanças públicas. 1997 era o ano base para a verificação do cumprimento dos critérios.

Os critérios da inflação, da taxa de juro e da estabilidade cambial

A entrada de um país na terceira fase só era possível se satisfazer os critérios como: inflação inferior a 1,5 pontos percentuais em relação à média dos três países com a taxa de inflação mais reduzida. Além disso, as taxas de juros nominais de longo prazo não devem exceder as taxas de juros média nos três países membros em mais de 2 pontos percentuais, com melhor desempenho na inflação. De acordo com o critério de estabilidade cambial, as moedas dos países membros devem ter mantido dentro do estreito intervalo do mecanismo cambial ($\pm 2,25\%$) sem que houvesse desvalorização da moeda no Sistema Monetário Europeu nos últimos dois anos.

O critério da disciplina das finanças públicas

O défice público não podia exceder 3% do Productio Interno Bruto (PIB) e a dívida pública não podia exceder 60% do PIB. Estes valores eram considerados exceções nos casos em que essa relação tivesse vindo a baixar em exercícios sucessivos e se encontrar já perto do valor de referência, ou quando o excesso relativamente aquele valor fosse temporário e excecional.

Depois de cumprir com todos estes critérios, os países poderiam então caminhar para a política monetária única, num contexto de taxas de câmbio tendencialmente fixas, com vista ao estabelecimento da moeda única.

A introdução do Euro realizou-se em três fases:

A primeira fase

A primeira fase começou em maio de 1988 e foi nomeada pelo Conselho Europeu em Bruxelas, entre os 11 países que mudarão para uma moeda única em 1 de janeiro de 1999. Ao mesmo tempo foram também divulgadas as paridades bilaterais que foram utilizadas para determinar as taxas de conversão irrevogáveis do Euro nas moedas nacionais

A segunda fase

A segunda fase marcou o início efetivo da União Económica e Monetária em 1 de Janeiro de 1999. Na véspera, o Conselho determinou irrevogavelmente as taxas de câmbio entre as moedas participantes e em relação ao euro. O euro substituiu oficialmente o ECU na proporção de 1:1 e o BCE assumiu a implementação da política monetária única. O funcionamento do Banco Central Europeu e os mercados de divisas, cambiais e de capitais, bem como as novas emissões de dívida pública dos Estados membros, são todos realizados em euros, sendo incentivada a utilização da moeda pelo setor privado, com foco nas grandes empresas e sistemas de pagamento em grande escala. O Banco Central Europeu tem um mandato estatutário claro para manter a estabilidade de preços.

A terceira fase

A terceira fase teve início em 1 de janeiro de 2002, com a introdução em circulação das notas e moedas de Euro, bem como das moedas nacionais físicas. As duas unidades monetárias coexistirão em cada Estado membro por seis meses, após os quais a moeda nacional seria retirada. A introdução do euro teve um impacto importante não só nos Estados-Membros participantes na área do euro, mas também nos Estados-Membros não participantes e países fora da UE. O euro deverá tornar-se uma importante moeda internacional com um impacto significativo na economia mundial.

4.0 A situação económica depois da introdução do Euro

Abaixo vamos estudar o record da inflação, do juro de longo prazo, do défice público, da dívida pública e do PIB que teve Portugal entre os anos 1999-2006, e ver como defendeu-se Portugal em comparação com os países Euro 12.

A Inflação

A comparação da taxa de inflação de Portugal com a dos países Euro-12 entre 1999 e 2006 mostra que a taxa de inflação de Portugal tem sido consistentemente superior à média destes países. O ano de 2005 foi uma exceção, com a inflação em Portugal ligeiramente abaixo da média do Euro 12. Desde 2002, a taxa de crescimento do PIB de Portugal tem sido superior à média do Euro-12, beneficiando da adesão de Portugal à UE. No entanto, sabe-se que a elevada atividade económica aumenta o risco de inflação, que no caso de Portugal poderá ser resultado da participação no "Projeto Europeu". O facto de Portugal ter uma taxa de inflação superior à média dos outros 12 países da zona euro não é bom para a economia portuguesa e, se continuar assim, agrava-se a possibilidade de Portugal ser competitivo nos mercados externos no futuro. Além disso, o poder de compra dos consumidores portugueses diminuiu.

O juro de longo prazo

As taxas de juro de longo prazo na Europa e em Portugal caíram desde 2000. Entre 1999 e 2006, as taxas de juro de longo prazo de Portugal foram ligeiramente superiores às de outros países do Euro 12. Com exceção do Japão, os interesses de longo prazo de Portugal nos últimos sete anos não foram significativamente diferentes dos demais Euro 12 e dos Estados Unidos. Os interesses de intervenção são determinados pelo Banco Central Europeu e todos pertencem à união económica e monetária, pelo que as taxas de juro nas economias europeias devem estar mais ou menos ao mesmo nível. Os bancos centrais europeus não têm a possibilidade de definir a política monetária, portanto não podem fazer ajustes económicos por meio de sua própria política monetária. Penso que as taxas de juro de longo prazo de Portugal vão manter-se ao mesmo nível dos países do Euro 12.

O défice publico

Nos anos 1999-2006 Portugal mostra um défice do orçamento público que é maior que a média dos défices públicos dos países no Euro12, com exceção do ano 2003, quando Portugal defendeu-se melhor. Em 2004 regista-se uma inflexão e em 2005 o défice público cresceu rápido. O crescimento do défice entre 2005-2006 sinaliza que as despesas públicas são maiores que as receitas, uma tendência que é negativo e preocupante para a economia portuguesa. Níveis elevados de défices ou dívida pública estão associados a uma menor flexibilidade orçamental.

A divida publica

A dívida pública de Portugal no período 1999-2006 foi inferior à dívida pública média dos países Euro-12 durante o mesmo período. A dívida pública moderada é positiva e benéfica para a economia portuguesa a curto, médio e longo prazo, atestando a boa gestão financeira do país. No entanto, o crescente défice público irá aumentar gradualmente a dimensão da dívida pública, o que poderá prejudicar a economia portuguesa a médio e longo prazo. Em 2004-2006, observa-se forte crescimento da dívida pública devido ao défice público no mesmo ano.

O produto interno bruto (PIB)

Em 1999-2000 e a partir de 2002 o PIB em Portugal tinha sido mais alto que a média dos países de Euro12. Entre 2003-2006 registrou-se PIB nalguns níveis relativamente altos. Isto não é estranho, visto que a atividade económica no resto do mundo foi explosiva neste período. É muito provável que uma parte deste crescimento do PIB em Portugal, fosse um resultado devido à participação na União Económica e Monetária.

4.6 Síntese

Depois que Portugal introduziu o euro, a inflação na economia portuguesa aumentou. A principal razão é que a atividade económica mundial está ativa, e a economia portuguesa também está ativa por causa disso. Após a introdução do euro, as taxas de juros de longo prazo eram basicamente as mesmas que as taxas de juros médias de longo prazo nos países do euro-12, porque a taxa de intervenção do BCE para todos os países europeus era fixa. Pertencentes à União Económica e Monetária, portanto, as taxas de juro nas economias europeias devem estar mais ou menos ao mesmo nível. O défice público português aumentou recentemente, levantando questões sobre a eficiência do governo português na gestão das finanças do país. O aumento dos défices públicos afeta a dívida pública de curto, médio e longo prazo, o que pode prejudicar a economia portuguesa. Com certeza, o PIB de Portugal tem sido alto nos últimos anos, e a economia portuguesa está a crescer.

5.0 Conclusão

Portugal aderiu à União Monetária e Económica em 1 de janeiro de 1999, após anos de preparação e ajustamento económico para cumprir os critérios de convergência. Em 1 de Janeiro de 2002, as notas e moedas de euro entraram em circulação em Portugal. Com a adesão à União Monetária e Económica, o Banco Central de Portugal perdeu a sua independência e a possibilidade de implementar a política monetária, que é levada a cabo a nível comunitário pelo Banco Central Europeu. Com a moeda única, surgiu um verdadeiro mercado único europeu, com melhores condições para competir com outras potências económicas como os EUA e o Japão. Os benefícios de uma moeda única são bem conhecidos: eliminar a incerteza da taxa de câmbio e os custos de conversão entre várias moedas nos mercados nacionais, aprofundar a integração do mercado, reduzir os requisitos de reservas cambiais e aumentar a estabilidade financeira.

Desde 1999, a taxa de inflação portuguesa situa-se acima da média do Euro-12. Isto não é propício para as empresas portuguesas exportarem produtos e serviços, reduzindo o poder de compra dos consumidores portugueses. Dado que o nível das taxas de juro nos países que integram a União Monetária e Económica é determinado pelo Banco Central Europeu, o Banco Central de Portugal não pode apenas aumentar as taxas de juro em resposta à elevada atividade económica e ao aumento da inflação. Para combater a inflação, o governo português tem a responsabilidade de implementar políticas financeiras, como o aumento de impostos, esfriando a atividade económica, ou aumentando a produtividade por meio de um programa de reformas estruturais. Entre 1999 e 2006, as taxas de juro de longo prazo estiveram mais ou menos ao nível da taxa média do Euro 12. Isso também é esperado, Portugal faz parte de uma união monetária e económica. Portugal teve entre 1999-2006 um défice público maior que a média dos países Euro 12, e entre 2005-2006 este défice disparou. Isto torna evidente que o custo do aparato de estado sobe. O governo tem de cobrir este défice por meio de diversos financiamentos, que no seu turno aumentam a dívida pública – um espiral negativo para a economia portuguesa. Não obstante, um forte crescimento do PIB nos últimos anos é positivo para Portugal e mostra uma alta atividade na economia portuguesa.

Bibliografia

Literatura:

COSTA, Carla Guapo (2004), Economia e política da construção europeia, 1ª ed., Lisboa: Editora terra mar.

SILVA, Aníbal Cavaco (1998), Portugal e a moeda única, 4ª ed., Lisboa/São Paulo: Editora Verbo.

Participação de ANTÓNIO PINTO BARBOSA, António Barreto, António Nogueira Leite, Maria João Valente Rosa, Marta Abreu, Miguel Gouveia, Miguel St. Alban, Nuno Alves, Vítor Gaspar (1998), O impacto do Euro na economia portuguesa, 1ª ed., Lisboa. Publicações Dom Quixote, Lda.

COMISIÓN EUROPEA, Manuscrito de Charles Pownall (1996), Europa: Preguntas y respuestas. Orígenes, funcionamiento u objetivos de la Unión Europea. CECA-CE-CEEA, Bruxelas, Luxemburgo 1997.

BANCO BILBAO VIZAYA. La Unión Económica y Monetária. 2ª ed.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTÁRIA, Situação Portugal 2005